

Onde se cria mais emprego?

[Estudos mostram por que não é nada desprezível o dinamismo da economia rural]

[Trabalho doméstico, com frequência, é usado em etapa da produção industrial]

Quem viajar pelo interior do Brasil com o objetivo de entender porque economias surpreendentemente dinâmicas podem ocorrer em municípios de pequeno e médio porte – isto é, municípios com características essencialmente ou significativamente rurais - logo se dará conta de que o segredo nada tem de setorial. Ao contrário, o que salta aos olhos é a pluriatividade de empreendimentos familiares, que reflete a simbiose entre atividades do setor primário e de diversos ramos industriais e terciários. Principalmente porque o sucesso desses negócios resulta justamente da redução do subemprego de mão-de-obra familiar pelo simultâneo aproveitamento de oportunidades complementares de geração de renda.

Claro, há dezenas de “mesopólos” bem setoriais que podem ser corretamente classificados como industriais, agrícolas, extrativistas, ou turístico-administrativos. E eles já foram bem identificados no ótimo estudo de pesquisadores do Cedeplar/UFMG comentado neste espaço do **Estado** em 7/4. Mas todos correspondem a municípios de grande porte que, abrigam centros urbanos ou mesmo aglomerações não-metropolitanas. Por exemplo, óbvios “mesopólos” agropecuários estão em concentrações como Pelotas, Chapecó, Toledo-Cascavel, Marília, Varginha ou Dourados. Assim como “mesopólos” industriais estão em localidades como Caxias do Sul, Joinville, Guarapuava, São José dos Campos, ou Itajubá.

Não se deve esquecer, contudo, que o Brasil tem apenas 178 municípios que pertencem a aglomerações não-metropolitanas e 77 que são centros urbanos, além dos 200 que pertencem às aglomerações metropolitanas. E em torno desses unidos 455 há outros 5107 que nem sempre se contentam em ser passivos satélites dos pólos (sejam eles “meso”, ou “macro” como é o caso das grandes capitais). Há ótimos exemplos no Vale do Rio Caí, a cerca de 100 km de Porto Alegre, como também se comentou aqui em 8/9. A questão que se coloca, portanto, é a de descobrir, conhecer melhor e entender esses arranjos produtivos responsáveis pelo dinamismo econômico de municípios que pertencem ao Brasil rural.

O que surge com mais frequência é a aplicação do trabalho doméstico na realização de algumas etapas da fabricação de produtos industriais. São bem conhecidos como “faccionistas” os trabalhadores envolvidos na região Sul com esse tipo de terceirização informal. Principalmente nas proximidades de *clusters* das indústrias de confecções, como ocorre, por exemplo, em diversos municípios do Vale do Itajaí catarinense. Mas

essa tendência de utilizar trabalho doméstico para a realização das fases mais artesanais do processo produtivo fabril também é muitíssimo recorrente no interior dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais. E as outras indústrias que parecem mais recorrer a esse esquema são as de calçados, mobiliário, têxteis, brinquedos, ou fogos de artifício. Além disso, é óbvio que as indústrias agro-alimentares também têm mais razões para se localizar em municípios de pequeno e médio porte do que as automobilísticas, metalúrgicas, de material elétrico, equipamentos eletrônicos, etc.

Pois bem, em qual desses dois grandes tipos de indústria surge mais oferta de empregos quando aumenta a produção? Nas que tendem a se localizar nas manchas mais urbanas, ou, ao contrário, nas que têm razões de sobra para se localizar em pequenos e médios municípios com características rurais? O senso comum levaria qualquer pessoa a imaginar que são as mais urbanas as que criam mais empregos por acréscimo de produção. Todavia, é exatamente o contrário que se pode concluir do estudo elaborado por Sheila Najberg e Marcelo Ikeda, no âmbito do Projeto BNDES/Cepal. A expansão produtiva gera pelo menos duas vezes mais empregos nas indústrias agroalimentares e de calçados, do que o faz em indústrias automobilísticas ou de equipamentos eletrônicos. Melhor: ela gera três vezes mais empregos na agropecuária e quatro vezes mais no ramo de artigos do vestuário.

O Modelo de Geração de Emprego (MGE) do BNDES permite calcular o número de empregos gerados a partir de igual aumento do valor da produção em qualquer dos 41 setores da economia, segundo a desagregação convencional do IBGE. E ele abrange não somente os empregos diretos e indiretos, mas também o chamado “efeito-renda” que resulta da transformação dos salários dos trabalhadores em consumo. Por isso, é crucial que se examine o número 31 do boletim *Informe-se*, recentemente publicado pela área de assuntos fiscais e de emprego do BNDES. Quem o fizer nunca mais desprezará o potencial de geração de emprego das economias locais baseadas nas sinergias que podem ser estabelecidas entre atividades agropecuárias, agroalimentares, de vestuário, de calçados, ou de mobiliário. Em outras palavras, não terá mais motivos para desprezar o potencial de dinamismo da economia rural. E talvez deduza que o estímulo ao desenvolvimento do Brasil rural possa ser mais conveniente e oportuno do que a desordenada expansão de sua já caótica rede urbana.

José Eli da Veiga é professor titular da FEA-USP e secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS).

www.fea.usp.br/professores/zeeli/